

A FORÇA DA DERIVA: NARRAR E HUMANIZAR

THE FORCE OF DERIVA: NARRATING AND HUMANIZING

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, RJ, Brasil
prof.iza.quelhas@gmail.com

Recebido em 10 maio 2019

Aceito em 6 jul.2019

Resumo: Este artigo tece reflexões sobre o ensaio *O direito à literatura* (2004), de Antonio Candido, com ênfase no ensino da literatura. O ensaio foi apresentado em evento promovido pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, em 1988. No texto, destaca-se a potência que o autor identifica na literatura para ultrapassar a barbárie que, naquele momento histórico, no Brasil, ainda se mantinha presente, apesar de reconhecer certo constrangimento social, pelo menos, a qualquer elogio público dessa barbárie. Candido considerava que o ensino da literatura possui várias missões, uma delas, humanizar. A questão que se pretende discutir é a continuidade ou não da expectativa de potência, um “sonho acordado das civilizações” (2004, p. 175), na contemporaneidade, a partir de um breve estudo sobre a importância da lenda, no contexto cultural brasileiro. A lenda que serve de base para este trabalho sinaliza caminhos que colocam a função humanizadora no centro do dizer – literatura oral ou escrita – e, no âmbito do ensino, promove o conhecimento de mundo no presente e no passado, sem desconhecer as possibilidades de construção do futuro, inclusive aquelas de acesso a bens culturais, como o são as bibliotecas de domínio público, entre outras iniciativas que podem concretizar o “direito à literatura” pelo acesso universal.

Palavras-chave: Literatura. Ensino de Literatura. Lenda. Humanização.

Abstract: This article reflects on the essay *The Right to Literature* (2004), by Antonio Candido, emphasizing on literature teaching. The essay was presented at an event promoted by the Justice and Peace Commission of the Archdiocese of São Paulo in 1988. In the text, the power that the author identifies in literature to overcome the barbarism that was present at that historical moment in Brazil, despite the recognition that there was a social embarrassment, at least to any public compliment of that barbarity, is highlighted. Candido considered that the teaching of literature has several missions, one of them, to humanize. The question to be discussed is the continuity or not of the expectation of power, an "agreed dream of civilizations" (2004, p. 175), in the contemporary world, based on a brief study on the importance of legend in the Brazilian cultural context. The legend that serves as the basis for this work indicates directions that place the humanizing function at the center of the word – oral or written literature – and within the scope of teaching, which promotes the knowledge of the world in the present and in the past without ignoring the possibilities of building the future, including those ones that access cultural goods, such as public domain libraries, among other initiatives that can realize the "right to literature" for universal access.

Keywords: Literature. Literature Teaching. Legend. Humanization.

O DIREITO À LITERATURA

O título deste artigo inspira-se em trechos do livro *Aula* ([19--?]), de Roland Barthes (12/11/1915; 26/03/1980), no qual o autor define a literatura pelo que não é: “A literatura não é um corpo de ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever.” (BARTHES, [19--?], p. 8). Nesse belo texto, pronunciado em

evento acadêmico, no dia 7 de janeiro de 1977, Barthes escreve: “a literatura acredita sensato o desejo do impossível.” (p. 11). Por essa linha interpretativa, o autor afirma que “teimar” quer dizer “manter ao revés e contra tudo a força de uma deriva e de uma espera” (p. 12). Esse “teimar”, portanto, é apropriado, neste artigo, no intuito de qualificar a espera e a deriva, considerando-as no sentido da resiliência.

Em *O direito à literatura*, de Antonio Candido (24/07/1918; 12/05/2017), texto publicado em *Vários escritos* (2004), o professor, sociólogo e crítico literário reafirma a urgência das ideias e da intervenção ao defender a literatura como recusa à barbárie. Atento às manifestações das culturas, das relações entre a oralidade e o texto escrito, Candido leu e estudou durante toda a sua vida a literatura, especialmente a literatura brasileira, aperfeiçoando teorias que privilegiam relações entre literatura, arte e sociedade. Nos escritos de Candido, investigar a literatura era, simultaneamente, estudar o ensino da literatura, com igual medida, na prática investigativa que não afastava a importância da prática educativa, segundo o autor comprometido com a democracia e a educação.

O direito à literatura, apresentado em evento organizado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, em 1988, perdura pela pertinência e atualidade de valiosa reflexão sobre a educação, a literatura e os direitos humanos. Em momento político decisivo para o debate público, Antonio Candido propõe agir a partir da arte: “Pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (2004, p. 170). A relevância dada à alteridade, num espaço social e político democrático, em reiterada construção no Brasil, reflete uma urgente consciência dos direitos humanos.

Sobre a obra de Candido, Francisco Iglésias (1979) destaca o intelectual engajado e a afinidade do crítico e professor com escritores e obras que defendem a liberdade e a justiça. Para definir esse comprometimento, Célia Pedrosa (1994) utiliza a expressão “palavra empenhada”, que mobiliza o pensamento combativo desse autor, cuja obra permanece atual e provocativa – das artes à sociologia.

Candido admite, em relação àquele momento histórico, que “nossa época é profundamente bárbara”, mas “ligada ao máximo de civilização” (p. 170). Acrescenta que a barbárie continua a crescer, registra que o que mudou é que “não se vê mais

o seu elogio” (Idem). No entanto, como diria o narrador em *Desenredo*, de Guimarães Rosa, “o trágico não vem a conta-gotas” (ROSA, 2009). Naquele momento histórico, Candido não poderia embaçar certa expectativa de mudanças positivas e duradouras com a descrença ou o ceticismo.

Era improvável imaginar a retomada do elogio à barbárie, menos ainda que seria pronunciada em sessão parlamentar, filmada, gravada, com ampla cobertura dos meios midiáticos. Em 2016, numa votação pelo impeachment de Dilma Rousseff, a fala proferida por um deputado federal é citada a seguir:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_torturado_ustra_bolsonaro_lgb)

Esse elogio a uma autoridade que se tornou conhecida pela prática do encarceramento, da tortura, da promoção do desaparecimento de grupos opositores à ditadura, assim como à morte de dezenas de pessoas, aconteceu. Trata-se de um sinal de adesão ideológica a um dos personagens mais controversos do regime militar, numa fala pública que não apenas homenageia, mas reconhece como legítimas práticas políticas autoritárias que evocam memórias nefastas (1).

Essa digressão que associa o passado à atualidade política, no Brasil, principalmente, reafirma a relevância das palavras de Antonio Candido, assim como a exaustão de certo pensamento político que se propunha a construir saídas republicanas e democráticas para o país, após décadas de ditadura. A luta de Candido, que é nossa, hoje, é para que o “máximo de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza” (p. 170) não prossiga fomentando a irracionalidade, a exploração dos mais pobres, a injusta distribuição de renda, as desigualdades no acesso à educação e aos direitos humanos básicos. Portanto, a literatura, no vasto campo das artes, luta por uma educação humanizadora.

2 LENDAS E FABULAÇÃO

No amplo espectro de realizações da literatura, a seleção de textos, discursos e gêneros prossegue em movimento constante. Para Mikhail Bakhtin, um gênero não é forma fixa, mas sim estável; inadequadas, portanto, as abordagens que privilegiam tratamento homogêneo ao que não o é.

No processo de transformações tecnológicas, inclusive no âmbito das linguagens, é indispensável acompanhar os efeitos de concentração e de expansão (BRANDÃO, 2001, p. 37-38) dos gêneros, de suas transformações num movimento dinâmico. Para Helena Nagamine Brandão, a atenção deve se concentrar nas forças centrípetas e nas forças centrífugas: o conjunto de traços “relativamente” estável, conforme Bakhtin, é atravessado por “pontos de fuga” ou “forças que atuam sobre as coerções genéricas” (2001, p. 38). É consenso que os gêneros literários são mais abertos a esses pontos de fuga, por uma plasticidade favorável ao atravessamento das forças de expansão: “Desse modo, numa perspectiva discursiva, o gênero deve ser trabalhado enquanto instituição discursiva, isto é, forma codificada sociohistoricamente por uma determinada cultura e enquanto objeto material, isto é, enquanto materialidade linguística que se manifesta em diferentes formas de textualização.” (Idem, p. 38-39).

Ao analisarmos as implicações sociais e históricas nos gêneros literários, merecem nossa atenção os vínculos com os grupos sociais, letrados ou não letrados, como definiu Andre Jolles: as “formas simples” (1976). De acordo com a proposta de M. Bakhtin, as formas simples inserem-se no “gênero primário”. Narrativas de composição simples, sem autoria determinada. Desde o início, tais narrativas formulam respostas e apontam sentidos para os fenômenos da natureza, inclusive, que se tornam forças sociais, na disposição mental de explicar a imprevisibilidade de elementos naturais, muitas vezes com a criação de seres com poderes extraordinários e de aparência híbrida (metade humana, metade peixe ou cavalo, por exemplo). As formas simples apresentam fortes vínculos com a realização da língua na tradição oral, na vida de indivíduos e grupos sociais (BRANDÃO, 2001, p. 39).

O uso das formas simples dá-se por uma difusão oralizada, que, ao longo do tempo e dos novos usos que aciona, assumiu textualidades diversas, além de se constituir em fértil campo para releituras e reescritas. Escolhemos a lenda, pelos significados que pode assumir nessa função humanizadora da literatura, não nos

restringindo à literatura canônica; por seu relativo esquecimento, um gênero à deriva, à espera, principalmente, de práticas sociais educativas que privilegiem a tradição oral. É decisivo lembrar a definição de literatura que, no texto de Candido, recorta o tema:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (2004, p. 174)

A definição evidencia a atenção às manifestações culturais, sem privilegiar modalidades. O processo de humanização apresenta inequívoca relação com a memória, oral e escrita, com os modos de promovê-la e acessá-la, por gerações.

Caso nos perguntemos sobre o nosso direito à literatura, atestamos um gradual desaparecimento de gêneros literários e de modos de ler esses textos. A lenda, pode associar-se a outro gênero literário e canônico: a epopeia. Tem-se, então, interessante dístico do esquecimento: de um lado, a epopeia e os feitos memoráveis de personagens grandiosos; de outro, a lenda, com personagens que apresentam poderes e realizações extraordinários, num mundo cujos eventos ressaltam saberes locais num modo de ver e pensar o mundo e personagens, suas motivações, por vezes, ambíguas em relação ao bem e ao mal.

Os primeiros anos na instituição escolar apresentam um mundo cuja definição está na abertura da possibilidade do brincar, incluindo-se brincar de ler, de escrever, de dizer, de representar papéis e funções. Não apenas em termos de abertura – o por-vir – ao texto literário, a lenda ou a fábula sugerem mundos possíveis que as crianças e os jovens acessam pelas narrativas de teor imaginativo, que se distanciam, em parte, de realidades ou condições opressoras vividas pelos leitores. Não se trata, aqui, de valorizar um conteúdo ou a obrigatoriedade de ensinar por gêneros, mas sim elaborar a prática docente como ponto de partida para questões, compondo um núcleo formativo, vivenciado pela criança ou pelo jovem, numa sala de aula, em um espaço que não é o familiar ou da informalidade, com outros companheiros de percurso no cotidiano.

Sobre a potência da arte e do brincar, no livro intitulado *Pedagogia profana* – danças, piruetas e mascaradas, Jorge Larrosa (2017) divide a matéria tratada em

núcleos de interrogação: 1^a.) como se chega a ser o que se é; 2^a.) a experiência da leitura; 3^a.) figuras do porvir. Nesses três núcleos o autor constrói hipóteses:

a educação encarna nossa relação com o homem-por-vir, com a palavra-por-vir, com o tempo-por-vir. Nesse terceiro núcleo – figuras do porvir – destaca-se uma importante condição para que a educação, de fato, aconteça: “(...) uma educação que, como figura de porvir, escape do sonho totalitário, seja ele conservador ou revolucionário, da fabricação do futuro através da fabricação dos indivíduos que o encarnam: de uma educação que, em suma, não seja incompatível com a abertura de um porvir novo e imprevisível, de um outro porvir que não seja o resultado daquilo que sabemos, daquilo que queremos, daquilo que podemos ou daquilo que esperamos. (LARROSA, 2017, p. 21)

Uma das funções cognitivas e sociais para que se possa aprender a viver e a conviver em sociedade é a de fabular, verbo transitivo direto, que consiste em contar ou narrar a partir do que se inventa, imagina, finge ou mente. Tem início um incessante processo de aprender: as figuras do porvir.

A lenda é um gênero que apresenta a multiplicidade de humanos e não-humanos, na natureza, seres que escapam às definições (re)conhecidas, num lastro de por-vir para quem ouve, lê ou conta. Trata-se de narrativa inspirada na tradição oral e coletiva, valiosa para a compreensão de imaginários e dos elos que se pode estabelecer com a alteridade, portanto, com as diferenças. A lenda, portanto, é um desejado passo para humanizar e compreender a diversidade do mundo, dos seres e das espécies existentes ou não.

2.1 A CIDADE ENCANTADA DE JERICOACOARA

No Brasil, temos um valioso repertório de lendas, em diferentes culturas locais e regiões. A ancestral importância das lendas está relacionada às funções das histórias oralizadas: entreter, ensinar, provocar reações como o medo, o respeito, a admiração ou o desejo de imitar.

As lendas e os contos populares ligam-se às tradições e ao folclore. O pesquisador Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) trabalhou arduamente para reunir lendas, de variadas regiões do Brasil; apostou na concepção de que a literatura não existiria se não fosse a tradição popular, encontrando eco desde as primeiras epopeias no ocidente. Muitas vezes, a denominação de mito, lenda ou conto popular pode variar entre as culturas, com algumas diferenciações, mantidos certos elementos comuns. Para Câmara Cascudo,

As lendas são episódio heróico ou sentimental com elemento maravilhoso ou sobre-humano, transmitido e conservado na tradição oral e popular, localizável no espaço e no tempo. (...) É muito confundida com o mito, dele se distancia pela função e confronto. O mito pode ser um sistema de lendas, gravitando ao redor de um tema central com área geográfica mais ampla e sem exigências de fixação no tempo e no espaço. (CASCUDO, 1976, p. 348)

O *Dicionário Houaiss* assim define a lenda:

lenda s.f. m.q. *legenda* (vida de santo; narrativa de caráter maravilhoso em que um fato histórico, centralizado em torno de algum herói popular (revolucionário, santo, guerreiro) se amplifica e se transforma sob o efeito da evocação poética ou da imaginação popular; legenda. (...).

A tipologia do texto é uma narrativa cuja marca é a “crendice acerca de seres maravilhosos e encantatórios de origem humana ou não, existente no imaginário popular, frequentemente explicando fenômenos da natureza.” (HOUAISS, 2001).

A associação entre lenda e legenda, mencionada no verbete do Dicionário, encontra-se no lastro das influências de imaginários, com predominância cristã, no Ocidente, desde a Idade Média. Remete a narrativas cuja principal finalidade é a de narrar a vida de santos, em resposta à pergunta – como é que um ser comum se torna santificado? Tem o objetivo didático de identificar e narrar qualidades excepcionais para que possam inspirar a reverência, isto é, o desejo de imitar, entre outras, a abnegação, a coragem, a humildade, o amor pelos animais. Segundo Andre Jolles,

Trata-se de um fenômeno de linguagem e de literatura. Sob o impulso de uma disposição mental, a língua denomina, produz, cria e significa uma figura derivada da vida real e que intervém, a cada instante nessa vida real. Ela não precisa, para fazê-lo, de uma obra de arte; não se encontrará, neste caso, o fenômeno único e irrepetível de uma forma que se cristaliza de novo na produção de um artista: não existe a epopeia de São Jorge. No entanto, ele aí está: podemos desenhá-lo e, vendo esse retrato, em que o santo figura com a roda, o dragão e o estandarte e o cavalo, reconhecemo-lo e encontramos nele, na medida de nossas necessidades, um modelo, um personagem que nos mostra, concretamente, o que desejamos aprender e o que devemos fazer em ocasiões particulares da vida real. (JOLLES, 1976, p. 50)

Há elementos que se mantêm na lenda, deixando de lado a função prescritiva e doutrinária do mundo cristão medieval, preservadas as relações com imaginários populares. Conforme diz Jolles, na ausência de uma epopeia para manter viva as qualidades de determinadas personagens, encontrará na lenda sua expressão não

mais contida no universo cristão da exemplaridade. A legenda amplia-se, torna-se lenda; de visíveis semelhanças com o conto popular e a fábula.

Os antropólogos, estudiosos do folclore e da comunicação nas relações humanas nutriram, com seus trabalhos, livros que reúnem histórias de regiões em tempos longínquos. Tais histórias podem aproximar culturas, quaisquer sejam. As lendas, as fábulas e os mitos nos lembram que somos apenas parte dessa imensa e heterogênea multidão que se chama humanidade.

Para trazer o texto de uma lenda numa reflexão mais pontual, destacamos *A Cidade Encantada de Jericoacoara*, associada à região do Nordeste, de acordo com a metodologia adotada por Câmara Cascudo. As demais lendas do Nordeste reunidas em livro são: *Carro caído*, *Senhor do Corpo Santo*, *As mangas de jasmim de Itamaracá*, *A morte do Zumbi* (CASCUDO, 2000).

A Cidade Encantada de Jericoacoara

Dizem alguns habitantes de Jericoacoara que, sob o serrote do farol, jaz uma cidade encantada, onde habita uma linda princesa.

Perto da praia, quando a maré está baixa, há uma furna onde só se pode entrar de gatinhas. Essa furna de fato existe.

Só se pode entrar pela boca da caverna, mas não se pode percorrê-la, porque, dizem, é fechada por enorme portão de ferro.

A princesa está encantada no meio da cidade que existe além do portão.

A maravilhosa princesa está transformada numa serpente de escamas de ouro, só tendo a cabeça e os pés de mulher.

Diz a lenda que ela só pode ser desencantada com sangue humano.

No dia em que se imolar alguém perto do portão, abrir-se-á a entrada do reino maravilhoso. Com sangue será feita uma cruz no dorso da serpente, e então surgirá a princesa com sua beleza olímpica no seio dos tesouros e maravilhas da cidade.

E então, em vez daquela ponta escaldada e agreste, surgirão as cúpulas dos palácios e as torres dos castelos, maravilhando toda a gente.

Na povoação há um feiticeiro, o velho Queiroz, que narra, com a fé dos profetas e videntes, os prodígios da cidade escondida.

Certo dia o Queiroz, acompanhado de muita gente da povoação, penetrou na gruta.

O feiticeiro ia desencantar a cidade.

Estavam em frente ao portão, que toda a gente diz ter visto. Eis que surge a princesa à espera do desencanto.

Dizem que ouviram cantos de galos, trinados de passarinhos, balidos de carneiros e gemidos estranhos originados da cidade sepultada.

O velho mágico, entretanto, nada pôde fazer porque no momento ninguém quis se prestar ao sacrifício.

Todos queriam sobreviver, naturalmente para se casar com a princesa...

O certo é que o feiticeiro pagou caro a tentativa. Foi parar na cadeia, onde permanece até hoje.

A cidade e a princesa ainda esperam o herói que se decida a remi-las com seu sangue.

*A princesa ainda continua na gruta, **metade mulher, metade serpente**, como Melusina, e também como a maioria das mulheres. [grifos nossos] (CASCUDO, 2000, p. 45-49)*

A descrição da protagonista – a princesa – “transformada numa **serpente de escamas de ouro**, só tendo a cabeça e os pés de mulher” (grifos nossos) evoca uma marca do gênero lenda: a metamorfose ou hibridez. São personagens com características humanas ou não, identificáveis no mundo empírico por seus traços, sem ambição de totalidade. No caso da princesa encantada, seu destino associa-se ao de uma cidade, depende do sacrifício de um humano que ofereça seu sangue para que a cidade possa constituir-se em um “reino maravilhoso”. Assim a princesa poderia ser vista com sua aparência totalmente humana e sua beleza “olímpica”:

No dia em que se imolar alguém perto do portão, abrir-se-á a entrada do reino maravilhoso. Com sangue será feita uma cruz no dorso da serpente, e então surgirá a princesa com sua **beleza olímpica** no seio dos tesouros e maravilhas da cidade. [grifos nossos] (2000, p. 47)

A relação entre a personagem feminina e a serpente presente no texto, é reiterada (e amplificada) nas lendas e mitos indígenas, no discurso e imagens bíblicas. Essa associação foi retomada, com amplas referências, em textos literários ou não da cultura Ocidental.

Em sintonia com importantes questões feministas levantadas há décadas, chama a nossa atenção o desfecho da lenda: “continua na gruta, **metade mulher, metade serpente**, como Melusina, e também **como a maioria das mulheres**.” No entanto, não é objetivo neste artigo investigar o que pode ser interpretado pelo viés machista e/ou de cunho patriarcal, que preserva antigos preconceitos ao associar a figura feminina a um animal que rasteja, com qualidades pejorativas: traiçoeiro, imprevisível, provavelmente letal. Mas não podemos ignorar, nesse universo das lendas, a permanência de repositório de valores e concepções religiosas, preconceituosas ou não. Essa visão de mundo merece ser comentada em estudos específicos, sem que se defenda, aqui, a mudança do texto da lenda para que se adeque às reivindicações democráticas na atualidade. A lenda, de tempos

longínquos, explica ou explora significados enraizados em culturas variadas, de geração a geração, através da voz, antes da escrita. O aspecto da representação feminina, não apenas nessa lenda, que se mescla à serpente, aparece em outras histórias, em relação aos aspectos negativos (ou vistos como tal) de personagens masculinos.

Em artigo intitulado *Entre mundos: homens, serpentes e peixes em dois mitos baniwa*, os autores, Gabriel Albuquerque e Luiza Garnelo comentam elementos que marcam lendas e são recorrentes em narrativas orais: o caráter moralizante, a interveniência de entes mágicos, as fronteiras entre o mundo de humanos e não humanos. Evidenciamos, na lenda da Cidade Encantada, a fronteira que existe em relação à cidade oculta, mas latente, que depende do sangue oferecido para aparecer em seu esplendor; também presentes humanos e não humanos, com aparência híbrida, sem que signifique uma visão desqualificadora, pelo contrário, pode ser elogiosa, um reconhecimento tácito ao que é extraordinário. É o que registram os autores em relação aos mitos baniwa:

Para os mitos baniwa, os animais são pessoas no mundo em que habitam, mas somos nós, em nosso mundo, que os vemos como animais. Essa distinção entre o mundo dos animais e o mundo dos homens não significa uma separação absoluta de domínios; pelo contrário, o que se verifica nas narrativas é que, embora diversos, homens e animais se comportam como pessoas que partilham muitos traços comuns de práticas próprias aos homens, (...) (ALBUQUERQUE; GARNELO, 2018, p. 9)

No repertório das narrativas canônicas, na literatura brasileira, destacamos o romance *São Bernardo* (1991), de Graciliano Ramos, publicado em inícios da década de trinta no século XX, no segundo momento modernista; no qual o personagem que narra a história é descrito, com suas palavras, pela semelhança com o animalesco e o disforme. Destacam-se trechos nos quais as semelhanças entre o humano e o não humano acontecem (QUELHAS, 2009).

Ocupado com o diabo da lavoura, ficava três, quatro dias, sem raspar a cara. E quando voltava do serviço trazia lama até nos olhos: deem por visto um porco. (RAMOS, 1991, p. 138)

Que mãos enormes! As palmas eram enormes, gretadas, calosas, duras como casco de cavalo. E os dedos eram também enormes, curtos e grossos. Acariciar uma fêmea com semelhantes mãos” (Idem)

Em texto introdutório ao livro *Lendas brasileiras* (2000), o escritor Osmar Barbosa define Câmara Cascudo como um “admirável polígrafo”, que ocupa lugar singularíssimo nos estudos sobre a cultura brasileira, ao lembrar ter sido o primeiro a compor um *Dicionário do Folclore Brasileiro*, consagrando-se como um “profundo conhecedor das tradições populares” (2000, p. 5). Lembra alguns ensinamentos que Câmara Cascudo deixou em seu legado: “Não se faz literatura sem tradição popular. O próprio Classicismo, com seu espírito universalista, sem adotar o sentido nacional, foi buscar nas fontes mitológicas da velha Grécia a melhor nuance para o seu aprimoramento.” (2000, p. 6).

É um reconhecimento iniciado por uma negativa – *não se faz literatura sem tradição popular* –, a força da deriva nele se faz notar, daí propormos a leitura e o estudo das lendas, com os objetivos que se fizerem atuais para formar pessoas sensíveis, cidadãos leitores que conhecem sua cultura, nutrindo por essa cultura sentimento de admiração e, ao mesmo tempo, uma visada crítica, cientes da linha de tradição, sujeita às mudanças epocais. Os leitores estão no presente, o olhar de quem lê as lendas é historicamente construído, assim como as lendas têm suas origens em lugares e tempos remotos, muitas vezes não localizáveis ou restritos. Em termos espaciais, a lenda pode vincular-se a uma nação ou país, em regiões marcadas pela variedade de matrizes culturais e pela construção histórica.

Numa outra direção, Paul Zumthor, ao investigar a poesia oral medieval, afirma que a “oralidade é uma abstração; somente a voz é concreta, apenas sua escuta nos faz tocar as coisas.” (ZUMTHOR, 1993, p. 9). Nessa afirmativa há convergência com o que vimos afirmando anteriormente: “(...) a voz foi então um fator constitutivo de toda obra que, por força de nosso uso corrente, foi denominada literária.” (Idem, p. 9). Concordamos com o que dizem os pesquisadores que buscam, nos gêneros da tradição, elementos que aproximem imaginários e culturas, antes que a escrita registre e classifique em gêneros literários, em gesto integrador no amplo drama de nossa trajetória e conflitos humanos.

3 DE DIREITOS E MISSÃO

A escrita em sociedades marcadas pelas desigualdades acentua abismos entre o ler e o escrever. Das salas de aula, conhecemos experiências de relatos de

socialização das narrativas populares, na contação de histórias ou estórias, incluindo-se as lendas do folclore brasileiro, os mitos e a literatura indígena no Brasil, no ensino fundamental e na educação básica (SOUZA; ABREU, 2013; GUESSE, 2011).

Reconhecemos que todos os gêneros contribuem para a formação de leitores, para o ensino e aprendizagem da literatura, e a sala de aula pode acionar um trânsito prazeroso entre o simples e o complexo, sem que se determine a lenda ou fábula como simples ou menos complexa do que um gênero literário.

O direito à literatura, nesse modo de pensar a formação do humano, tem papel decisivo para que outros direitos – à moradia, à alimentação, a saúde – sejam igualmente acessíveis aos homens e mulheres, por uma vida digna, justa e bela. Por que não dizer “bela”? Há na afirmação de que a literatura deve ser um direito um pensamento implícito de que o prazer, a beleza e o desejo pelo belo, não apenas pelo útil, eficiente ou rentável: uma vida que merece ser vivida e compartilhada. Nessas reivindicações justas e empenhadas estamos, professores, artistas, autores de literatura, entre todos os que fazem da linguagem ponte para outras linguagens, modos de ser e de fazer.

A escola, como uma instituição legitimada, com a missão de ensinar a ler, a escrever, a falar, a contar, além de socializar conhecimentos, promove acesso a modos de brincar com o ler e o escrever, motiva interesses e contato com objetos escolares, muitas vezes, inacessíveis fora da escola. Citamos: “É no ‘fazer-de-conta que lê’ e no ‘fazer-de-conta que escreve’ – eles próprios práticas interacionais orais – que o objeto e as práticas escritas são recortados e ganham (ou não) sentido(s) para a criança.” (ROJO, 2008, p. 70-71).

Humanizar, ensinar literatura, ensinar a ler o mundo e o texto implica pensar e agir. Professores, em sala de aula, escolhemos estórias ou histórias para contar ou para ler, escolhemos gêneros, que nossas crianças irão ouvir, ler e conhecer pela primeira vez. As vozes virão de outros lugares, quem sabe inabitáveis, mas possíveis. Nós, professores, damos a ler ou damos a ouvir o que contamos, mas ler não é um “dever no sentido de uma obrigação, mas no sentido de uma dívida” ou de uma tarefa. Uma dívida é a “responsabilidade que temos para com aquilo que nos foi dado ou enviado. Uma tarefa é algo que nos põe em movimento.” Nesse aspecto, dar um texto a ler, contar ou narrar esse texto é um dom e, nesse mesmo

oferecimento, “abrir uma dívida e uma tarefa, a dívida e a tarefa da leitura, a dívida que só se salda assumindo a responsabilidade da leitura, a tarefa que só se cumpre no movimento de ler.” (LARROSA, 2017, p. 175).

Reconhecemos que há mais tarefas a fazer quando a barbárie volta a ser elogiada, tendo a memória função decisiva para que se volte a olhar, com outros olhos, os começos. Da literatura, inclusive: ensinar literatura é fazer política.

Nas palavras de Antonio Candido, a humanização promovida pelo ensino da literatura, por exemplo, é um processo que “desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para o amplo espectro da alteridade” (2004, p. 180).

Não se trata aqui de defender exclusivamente textos consagrados pelo cânone ou não, nem priorizar histórias edificantes ou pitorescas, nem se trata de nos rendermos, tantas vezes, às forças mercadológicas, mas sim motivar o desejo de ler e de narrar, de fabular, na prosa e na poesia, com a potência de um dizer que é descoberta que aqueles que procuram sabem ou (re)conhecem como algo de seu. Não se trata de imitar ou conhecer apenas na superfície das palavras, mas sim de entrar em contato com o que ainda não é, com o por-vir.

A força de uma deriva e de uma espera pode ser usada a favor de educadores atentos às mudanças e permanências no ensino da literatura, empenhados em ampliar o “direito à literatura”. As lendas, por sua vez, por se manterem à deriva, nesta leitura, permanecem em sua potência à espera de um tempo em que nós, humanos, desejemos ouvi-las ou lê-las. As lendas são parte do patrimônio imaterial de nossa desejável humanidade, em constante passagem por desafios, alguns, aparentemente, intransponíveis ou por demais duradouros.

NOTAS

(1) Essa justificativa de voto do então deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), no plenário da Câmara dos Deputados, gerou polêmica, pela referência ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna),

órgão de repressão da ditadura. Ustra chefiou o DOI-Codi, órgão de repressão do 2º Exército em São Paulo. Foi denunciado por dezenas de perseguidos políticos e respectivos familiares das vítimas. Tortura, morte, perseguição de opositores, sua participação nos encarceramentos foi intensa, em algumas situações mantinha pessoas aprisionadas apenas para obter informações sobre o paradeiro ou identidade de outras. O militar tinha o apelido de "Doutor Tibiriçá", foi acusado pelo desaparecimento e morte de, pelo menos, 60 (sessenta) pessoas. Durante o período de sua gestão, aproximadamente 500 (quinhentos) casos de tortura teriam sido cometidos nas dependências do órgão do DOI-Codi. Foi declarado torturador pela Justiça, denunciado pelo Ministério Público Federal, e pela morte do militante comunista Carlos Nicolau Danielli, em dezembro de 1972. Não houve condenação, o acusado faleceu em setembro de 2015, em Brasília.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A.; SOUZA, G. M. C. Lendas do folclore brasileiro: um estudo com crianças do ensino fundamental. **Revista Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 15, n. 25, p. 127-143, 2013.

ALBUQUERQUE, G.; GARNELO, L. Entre mundos: homens, serpentes e peixes em dois mitos baniwa. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 53, p. 129-147, jan./abr. 2018.

BARBA, M. D.; WENTZEL, M. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC Brasil em São Paulo e da Basileia (Suíça)**, São Paulo, 20 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 1 jun. 2018.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, [19--?].

BRANDÃO, H. N. (coord.). **Gêneros do discurso na escola**: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 2001.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In*: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004. p. 169-181.

CASCUDO, L. da C. **Lendas brasileiras**. Ilustrações: Poty. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CURY, M. Z. F. Antonio Candido: três eixos decisivos. **O eixo e a roda**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 9-22, 2017.

GUESSE, É. B. Da oralidade à escrita: os mitos e a literatura indígena no Brasil. **Anais do SILEL**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2011.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IGLÉSIAS, F. Antonio Candido, o escritor e o político. *In*: LAFER, C. *et al.* **Esboço de figura**: homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979. p. 101-120.

JOLLES, A. **Formas simples**. Legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Cultrix, 1976.

LANZELLOTTI, J. (coord.). **Estórias e lendas do Brasil**. Com textos de Gonçalves Ribeiro. São Paulo: Formar, 1975.

LARROSA, J. **Pedagogia profana**. Danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MINDLIN, B. A cabeça voraz. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 27, maio/ago. 1996.

PEDROSA, C. **Antonio Candido**: a palavra empenhada. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Editora da UFF, 1994.

QUELHAS, I. O enigma da chama: autor, leitura e leitor em *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. **Ipotesi: Revista de Estudos Literários**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 9-115, 2009.

ROJO, R. H. R. Concepções não-valorizadas de escrita: a escrita como 'um outro modo de falar'. In: KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 65-89.

ROSA, G. Desenredo. In: **Tutameia** (Terceiras estórias). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

SOUZA, F. de. **Nove monstros perigosos, poderosos, fabulosos do Brasil**. Lendas folclóricas adaptadas por Flavio de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STALLONI, Y. **Os gêneros literários**. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

TERZI, S. B. A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados. In: KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 91-117.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz**. A 'literatura medieval'. Tradução: Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Sobre a autora

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas

Doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996), mestrado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) e graduação em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1982). Atualmente é professora associada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

Integra, desde 2014, o corpo docente do ProfLetras (FFP-UERJ), vinculada à linha de pesquisa *Leitura e escrita na educação básica*. Experiência acadêmica na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, Teoria da Literatura e Literaturas em Língua Portuguesa ou Outras Literaturas Vernáculas.